

DISCURSO CAPITALISTA, GESTÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO

Ana Laura Pepe*

RESUMO

A emergência de formas de mal-estar no campo do trabalho docente e de sua relação com as novas formas de organização do trabalho convoca a abordar os modelos de gestão e suas implicações nas novas formas de subjetivação. O discurso, tal como proposto por Lacan, a sistematização de um paralelo entre a estrutura do sujeito e o que corresponde a ela no social, pode ser um operador conceitual potente para uma abordagem do impacto da ideologia neoliberal no campo da educação e nos destinos das instituições de ensino.

Palavras-chave: Gestão universitária. Discurso Capitalista. Docência. Mercantilização.

ABSTRACT

CAPITALIST DISCOURSE, UNIVERSITY MANAGEMENT AND SUBJECTIVITY PROCESS.

The rise of different kinds of malaise related to teacher's work and its relation with new models of work organization enable us to discuss not only management models but also their consequences in new forms of subjectivity process. The discourse, as proposed by Lacan, a systematization of a parallel between the subject's structure and its social correlation, may be a powerful conceptual operator to discuss an approach about the consequences of a liberal ideology in education and the fate of teaching institutions.

Keywords: University management. Capitalist discourse. Teaching. Merchandising.

Introdução

A contemporaneidade tem sido alvo de constantes indagações em todos os campos, visto o brutal paradoxo entre o avanço tecnológico e o crescimento dos mercados, e um aumento radical das diversas formas de mal-estar e sofrimento humano, ao contrário do que se esperava. A emergência de

formas de mal-estar no campo do trabalho docente e de sua relação com as novas formas de organização do trabalho convoca uma abordagem sobre os modelos de gestão e suas implicações nas novas formas de subjetivação.

Marrach (1996) afirma que o neoliberalismo é uma ideologia que procura responder à crise do Estado Nacional ocasionada pela “interligação

* Mestre em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do curso de Especialização em Teoria da clínica psicanalítica da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora dos cursos de graduação do Centro de Ciências da Saúde – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Endereço para correspondência: Alameda Filemon Andrade, 97, Apt. 1103 B – Garcia – Salvador-BA. anapeppe@uol.com.br

crescente das economias das nações industrializadas por meio do comércio e das novas tecnologias” (MARRACH, 1996, p. 1). Logo, o discurso neoliberal distancia-se do campo social e político focando no mercado, buscando atender às demandas dele, alimentando uma forma ideológica que atende exclusivamente a determinados grupos econômicos, enfraquecendo o Estado e deixando-o refém desses grupos. A educação não passa ao largo desta influência e é convocada a suprir suas necessidades. Estas necessidades procuram atender a uma valorização do conhecimento técnico e de informática, atrelando a educação às pesquisas e às condições do mercado, influenciando no modelo de gestão das instituições educacionais privadas e com reflexos crescentes nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas.

Um discurso eminentemente técnico e ininterrupto impõe uma forma de pensamento que preciniza a independência da mercadoria (DEBORD, 1997). Essa independência impõe-se sobre a vida social e fragiliza as instituições (incluam-se as educacionais), transformando os conteúdos da educação a serviço da mercadoria; e os sujeitos, em objetos de consumo. Suas consequências são novos modos de subjetivação e novas formas de mal-estar.

Birman (2005) é muito preciso ao colocar que, ao se falar de mal-estar, se está necessariamente no campo do sujeito e, por sua vez, falar de novas formas de subjetivação implica falar dos destinos do desejo na contemporaneidade. Mencionado isso, falar dos destinos do desejo no campo do trabalho docente remete imediatamente à abordagem dos modelos de gestão e as modificações as quais eles vêm sendo cingidos pela lógica homogeneizante do capital.

A relação sujeito-trabalho não pode ser pensada fora da tríade sujeito-trabalho-gestão, visto ser a subjetividade uma “dimensão fundamental da gestão”, na medida em que o trabalho é o elemento que une as dimensões subjetiva e social, constituintes e indissociáveis do ser humano (CHANLAT, 1996). Nessa mesma linha de pensamento, Dejours (1994) aponta para a gestão como aquilo que pode ou não dar espaço ao desejo e à subjetividade na relação sujeito-trabalho, já que as relações constitutivas

existentes entre sofrimento e prazer no trabalho podem ser analisadas por meio de relações entre o desejo do sujeito e os modos de organização do trabalho.

Vários estudos têm se dedicado aos efeitos gerados pelas transformações no mundo do trabalho e às implicações destas no campo da subjetividade, principalmente na relação sujeito-trabalho. Vai se configurando, paralelamente, ao longo dos anos, um campo de estudos que tem como objeto o impacto do ideário neoliberal e da economia de mercado, no campo educacional e seus efeitos no mundo do trabalho docente, mais particularmente na docência do ensino superior e nos destinos das instituições de ensino. Esses impactos têm sido alvo de várias pesquisas (MANCEBO et al, 2004, 2006, 2007; ROCHA; ROCHA, 2004).

Este trabalho visa propor uma nova abordagem dos modelos de gestão e seus efeitos subjetivos, no âmbito da graduação do ensino superior, por meio de articulação teórica, tomando como conceito articulador o conceito de Discurso Capitalista, oriundo da Psicanálise para pensar os efeitos do neoliberalismo, como a incidência desse discurso na gestão universitária das IES privadas e sua manifestação crescente nas IES públicas.

Trabalho e novas formas de subjetivação

Freud (1980) propôs que a saúde mental consiste na capacidade de amar e trabalhar, deste modo afirma a importância do trabalho na economia psíquica dos indivíduos.

Como afirma Gonzáles (2007), o trabalho engendra essa dimensão paradoxal do ser humano: a divisão que caracteriza o sujeito se configura, portanto, na relação sujeito-trabalho; um sujeito às voltas com as pulsões que o agitam, o desejo que o orienta e a realidade enquanto os limites que coíbem a satisfação plena.

As atuais transformações sofridas pelo mundo do trabalho, em todos os campos profissionais, permitem observar que as novas configurações concedem pouquíssimo espaço para a manifestação do desejo, ameaçando, cada vez mais, o vínculo do sujeito com o trabalho. A tática de homogeneização

dos trabalhadores, contrariamente a uma suposta flexibilização, traduz-se em coibição de qualquer expressão subjetiva no exercício laboral.

Castel (1998) e Sennett (2000), em suas pesquisas, apontam, respectivamente, para o enfraquecimento das proteções com fragilização das condições de trabalho e de filiação, assim como os efeitos emocionais nos trabalhadores, causados pela flexibilidade do novo capitalismo, na medida em que impedem a vivência da subjetividade no vínculo laborativo. A vulnerabilidade e a permanente flutuação impedem o trabalhador de dar densidade à sua identidade profissional.

Essas considerações apenas ratificam a idéia de que estamos diante de uma progressiva e radical perda de garantias simbólicas do mundo contemporâneo e a transformação do trabalho em um mero intermediário entre o sujeito e suas condições de sobrevivência, e uma completa impossibilidade de realizar uma inscrição simbólica singular através do trabalho. (GONZÁLES, 2007, p. 189).

Esse abalo nas referências simbólicas do sujeito caracteriza a condição dos trabalhadores e revela a crise da relação sujeito-trabalho e seu impacto na dimensão subjetiva.

Como toda nova organização do trabalho, a flexibilização se faz acompanhar de necessária reacomodação do campo socio-subjetivo, produzindo novas performances para o trabalhador, afetando sua organização, sua dinâmica interpessoal, além de exigir-lhe uma nova adaptação espaço-temporal. Essa condição implica uma exigência cada vez maior para os sujeitos nas tentativas permanentes de uma inscrição simbólica nas suas atividades laborativas, e de invenção de estratégias de ligação com o mundo do trabalho.

As modificações no trabalho docente contemporâneo

As modificações no trabalho estendem-se aos docentes e, segundo alguns autores, o impacto disto nessa categoria profissional se faz de forma ainda mais gritante, visto que, se é possível localizar a pressão pela produção em todos os setores do mundo do trabalho, somente em poucos campos, afirma Mancebo (2006), ela ameaça tanto a

qualidade como a educação, na qual, em geral, o aumento na produtividade não se reflete, de fato, no âmbito do pensamento nem da ação criativa e inovadora.

Nagel (2001) analisa as diretrizes educacionais dos anos de 1990 como resultantes de um processo mais amplo, iniciado nos anos de 1980, por meio de uma leitura histórica, evidenciando seu paralelismo com a atualização progressiva da doutrina liberal na América latina. Delimita a necessidade de pensar a educação a partir do desvelamento da contradição *mudança versus permanência*, demonstrando que a manutenção da lógica mercantil burguesa faz com que as novas formas de trabalho sejam apenas reedições de velhas atitudes perante a educação, agora sob a verdade indiscutível do mercado.

A mão invisível do mercado pode, então, ser evidenciada nos valores neoliberais subjacentes às ideias de democratização da educação, que foram amplamente aceitas pelos docentes, sem maiores oposições ou reflexões críticas, uma vez que foram propaladas pelos próprios intelectuais da área, secundarizando a relação entre concentração de renda e condições reais de aprendizagem que o capitalismo concretiza.

Enfim, demonstra Nagel (2001) que a análise adequada das políticas educacionais dos anos de 1990 deve ser focada nos sinais de decadência da ciência e no oportunismo cívico.

Mancebo et al, pesquisadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), vêm se dedicando à pesquisa sobre o trabalho no contexto contemporâneo e, em particular, sobre o trabalho docente, uma vez que “trata-se de uma discussão da maior relevância” (2006, p. 5), na medida em que as mudanças introduzidas no mundo do trabalho e os processos variados de privatização constituem duas problemáticas da sociedade atual que afetam diretamente o trabalho docente.

As práticas neoliberais trouxeram uma profunda redefinição do papel do Estado na sua relação com a educação com o incremento de privatizações crescentes neste setor. Naidorf (2005 apud MANCEBO, 2006) aponta para aspectos graves dos sistemas educacionais a partir das reformas de cunho neoliberal, a saber: modificações na cultura escolar (representações, motivações, normas éticas, concepções, visões e práticas institucionais

acerca dos objetivos e das tarefas da docência), que se reflete em crescente individualismo no enfrentamento das situações problemáticas, no acirramento da competição entre instituições educacionais e entre pares, supervalorização das avaliações em escala nacional com viés “pseudo-meritocrático” classificatório, normativo e punitivo, imediatismo em relação às demandas do mercado de trabalho; em síntese, “ocorre uma construção ideológica no tecido escolar caucionada pelo discurso do mérito [...] em que procura agir fomentando a produtividade, mas desmontando os direitos sociais que pudessem ser ordenados como compromisso social coletivo” (NAIDORF, 2005 apud MANCEBO, 2006, p. 2).

Segundo Mancebo (2006), o impacto da flexibilização se faz ressentir em, pelo menos, três aspectos: a precarização do trabalho; a flexibilização de tarefas; e uma modificação na jornada de trabalho de forma intensiva e extensiva.

Rocha e Rocha (2004), por sua vez, propõem que em vez de pensar a Universidade como vítima de textos produzidos em gabinetes, e que sobre ela exercem efeitos de desestabilizações, melhor é pensar o modo que ela tem respondido a tais iniciativas, e como vem dialogando com essas vozes que se atualizam nas políticas neoliberais.

Assistiu-se, ao longo desse período, a uma verdadeira explosão de privatizações e incremento da atividade privada em várias áreas, antes delegadas à esfera de responsabilidade do Estado, e, como era de se esperar, uma multiplicação de empresas voltada para o ensino superior privado, visando atender a então denominada “demanda reprimida”.

Ao lado disso, projetos e movimentos de reforma universitária tornam-se alvo de análises críticas quanto à mercantilização do ensino superior, na medida em que a questão da sustentabilidade vai tomando os moldes da lógica da mercadoria, em que as coisas “têm valor porque se vende”, o que evidencia a mercantilização da produção do conhecimento e o empobrecimento das missões da Universidade.

A privatização do ensino superior ancora-se não apenas na retração dos investimentos do Estado e na evidente posição de não ter o ensino superior como uma de suas prioridades, mas também na proposta

de uma reconfiguração da oferta de ensino superior com aumento da oferta privada neste campo. A lógica privatizante aparece também na introdução de mecanismos de administração e gerenciamento empresariais nas IES públicas, como no incentivo para a busca de recursos no mercado. Desse modo, as pesquisas de Mancebo et al (2004) sobre a lógica e o impacto da reforma universitária nas IES públicas revelam a lógica básica de organização e gestão das IES privadas. Significativa é a consideração de Gentili (2001 apud MANCEBO, 2004, p. 5) sobre uma “reconversão intelectual do campo acadêmico” em que um pragmatismo reducionista defende uma utilidade prática imediata para os saberes universitários, deslocando a produção teórica de seu caráter autônomo, crítico sobre a realidade social e educacional.

A formação profissional não é a única missão da Universidade, visto que ela, enquanto instituição, exerce um papel social muito mais abrangente, que é constituir um campo aberto à invenção, descoberta, produção teórica, socialização dos novos conhecimentos e encaminhamento de soluções para problemas da realidade social. Essas funções acadêmicas vêm sendo minimizadas pelas iniciativas tomadas desde 1994 e nas quais repousam a reforma do ensino superior que, segundo Mancebo (2004), estão baseadas no pressuposto ideológico de que o mercado é portador de uma racionalidade sociopolítica e que deve ser o principal agente a promover o bem-estar social. Aponta, ainda, nesse mesmo estudo, que as reformas estão orientadas a partir de uma ordem técnico-gerencial em detrimento do político-pedagógico, colocando a tecnologia como o remédio para um diagnóstico, que coloca o modelo de gestão pública como responsável pela baixa produtividade. Apresenta-se, então, como solução mágica, a intervenção na organização do trabalho.

Os modos de subjetivação que vêm se apresentando nas formas de organização do trabalho docente passam, necessariamente, pela análise dos efeitos da lógica empresarial que atravessa as concepções de eficiência, produtividade e autonomia, e que resultam em efeitos de segregação, precarização e adoecimento, traduzidos nas ausências, no cansaço, na tensão e no tédio pela falta de sentido na ação (MANCEBO, 2004, p. 21).

Mancebo e Rocha e Rocha já evidenciavam as forças presentes nos modos de subjetivação postos em marcha como efeitos dessas práticas ligadas ao livre mercado:

[...] a ênfase no individualismo e na competitividade, tomados como ingredientes necessários ao bom desenvolvimento da aprendizagem, o pragmatismo traduzido trefismo utilitário e tomado como a real produção acadêmica, a concepção dos estudantes como consumidores em necessária e permanente competição são somente alguns aspectos dos mais visíveis e dolorosos desta nova ordenação. (MANCEBO, 2000 apud ROCHA; ROCHA, 2004, p. 21).

O aumento na oferta de vagas, portanto, longe de se apresentar como uma solução para as desigualdades sociais, trouxe consigo algumas consequências no mínimo questionáveis. O que, num primeiro momento, apareceu como uma melhoria no campo de trabalho da docência de ensino superior, pelo aumento de vagas, rapidamente tornou-se o lastro da proletarização dessa atividade, com consequente empobrecimento das relações sujeito-trabalho.

Observa-se uma inversão nada desprezível, na qual a migração inicial dos docentes das IES pública para a iniciativa privada hoje se reverte em uma migração dos docentes das IES privadas para as IES públicas, mesmo que ao custo de mudanças, inclusive de residência, como pode ser observado pelo número crescente de professores buscando vagas nos concursos públicos das recentes universidades federais.

A mesma reversão ocorre com a chamada demanda reprimida, que se transformou rapidamente em rarefação, gerando uma disputa feroz entre as IES privadas, onde estratégias cada vez menos ortodoxas são utilizadas para a captação de alunos.

A consequência lógica desse estado de coisas é a abolição, por completo, de qualquer tipo de critério para a entrada no ensino superior, já que não há alunos suficientes a serem selecionados.

Temos, portanto, um resultado paradoxal: ao contrário do que aconteceu no ensino médio, há a percepção que o ensino nas IES públicas é melhor que nas IES privadas, a despeito da gritante diferença na estrutura física, coisa tão valorizada pelo marketing e até mesmo pelos critérios do MEC.

A lei mercadológica da oferta e da procura, aliada à guerra por preços nas IES privadas, tem gerado planos de carreira que neutralizam o valor da formação e emparelham o valor da hora aula no ensino superior com os praticados no ensino médio, donde se deduz uma mudança da docência como opção ligada ao ideal educativo pela docência como área de subemprego no mercado de trabalho. Sabemos que isso tem consequências tanto materiais quanto simbólicas, em todos os âmbitos.

Assim, assiste-se entre os professores das IES privadas, ao lado de um desencantamento profissional, a um sentimento profundo de espoliação física e emocional, uma preocupação crescente com o sentido do seu trabalho, na medida em que os perfis docentes e discentes vêm se modificando de modo crescente nas IES privadas. Essa modificação no perfil vem gerando questionamentos quanto ao efeito disto no médio e longo prazo, tanto no que tange à qualidade dos profissionais que vão sendo lançados no mercado, quanto ao futuro do próprio mercado de trabalho docente no ensino superior, visto que se observa uma substituição progressiva dos docentes mais experientes e graduados por docentes recém-graduados, com pouca ou nenhuma experiência profissional.

Há, portanto, nas entrelinhas, uma lógica mercadológica que organiza os modos de gestão nas IES privadas que, em grande parte, revela o que subsiste no texto da reforma universitária, que, portanto, não sem razão, tem sido objeto de preocupação entre os pesquisadores em educação, pois seus efeitos vão além de uma saturação de mercado e de uma crise sujeito-trabalho. Os estudos, pesquisados para além da análise da situação tal como ela vem se organizando e dos efeitos que vem produzindo, se dirigem, também, a identificar as formas pelas quais isso vem ou pode vir a ser modificado, por meio do diálogo com outros saberes e outras práticas. Buscam, desse modo, promover efeitos de suspensão da lógica que rege essa ordem social, de hegemonia do capital, para vir a produzir novos sentidos sociais e éticos no campo educacional.

As novas formas de subjetivação, resultantes das mudanças no campo educacional, em particular no ensino superior, entendidas, por sua vez, como decorrentes dos modelos de gestão vigentes, permitem pressupor que os modelos de gestão são rígidos

por uma lógica simbólica, estrutura de linguagem que organiza a realidade dos indivíduos, na medida em que há uma identidade entre o que constitui o sujeito enquanto tal e a estrutura em que se organiza o assujeitamento social (DARMON, 1994).

O conceito de Discurso Capitalista e o conceito de Discurso Universitário, tal como proposto pela Psicanálise por Lacan (1992), como instrumento de análise permite abordar o impacto do capitalismo, na esfera educacional, tomando as IES privadas e seus modos de gestão por meio de seus efeitos no plano subjetivo, no âmbito da graduação.

As alterações que indicam os efeitos subjetivos resultantes do modelo de gestão se evidenciam de diversos modos: no sentimento de perda da identificação do professor ao seu trabalho; nas mudanças de perfil entre profissionais docentes nas IES privadas; na percepção dos alunos quanto ao valor da formação e do conhecimento; no declínio do investimento na atividade docente e a consideração em mudar de campo profissional; no declínio do vínculo afetivo e identitário do docente com a instituição de ensino e seus efeitos na produção do conhecimento.

Os valores veiculados pela instituição de forma implícita (por meio de elementos, tais como: burocratização em normas, exigências, modos de avaliação e cobrança unilaterais, mecanismos e critérios de seleção minimalistas, atribuições, relações de dependência e autonomia cada vez mais engessadas) podem ser pensados como produtores de efeitos de sentido e, como tal, impactantes na subjetividade de docentes e discentes,

O discurso, tal como proposto por Lacan (1992), pode ser um operador conceitual para uma abordagem diferente das que vêm sendo realizadas, contribuindo, deste modo, para esse campo, que exige interlocução entre os vários saberes em virtude de seu nível de complexidade e crescente gravidade, visto que, segundo Mancebo et al (2007), ainda são poucas as análises que, articuladamente, problematizam a concepção de Universidade que vem se organizando; o cotidiano flexibilizado do trabalho docente; e os efeitos de subjetivação erigidos nesse contexto e que, assim, “se impõe a necessidade de um novo olhar sobre este campo de trabalho, antes considerado privilegiado em relação à espoliação promovida pelo

capitalismo em outras áreas” (MANCEBO et al, 2007, p. 80), já que era visto como fora da seara de produção de mercadorias.

Lacan (1992), ao colocar a linguagem no fato social central, permite compreender todos os processos sociais como estruturados como uma linguagem, na medida em que ela fornece a condição de possibilidade para a estruturação de qualquer experiência social, em outras palavras se trata do que Lacan denomina de simbólico.

As relações com os outros, nossas ações ordinárias, escondem as mediações das estruturas sociolinguísticas que determinam a conduta e os processos de produção de sentido (SAFATLE, 2007).

O discurso permite conceber como se dão o laço social e a sujeição social, que regem, por sua vez, os modos de relação, de produção e que veiculam certa verdade.

A análise das características do liame social, no nosso caso a gestão e seus efeitos nas instituições educativas de nível superior, e o exame das condições de dependência do sujeito ao discurso que funda a realidade dessas instituições permitem verificar se as IES privadas estão regidas pelo Discurso Capitalista e as IES públicas pelo Discurso Universitário, e, mais do que isso, até que ponto esta última vem sendo cada vez mais cingida pelo Discurso Capitalista, como apontam os estudos descritos acima, nos efeitos de mercantilização das práticas educativas e organização do trabalho.

O aparelho discursivo proposto por Lacan

A noção de Discurso na Psicanálise parte da prática realizada por Freud: “um sujeito quando fala e dirige-se a alguém realiza uma condição que não é de sua autoria ou mesmo de sua escolha, mas daquilo que o constitui” (SOUZA, 2003 p. 107). Essa posição na linguagem permite afirmar que o sujeito é constituído pela fala que vem do seu interlocutor, e sendo o Discurso feito por letras e palavras que intimam o sujeito a agir, daí a formalização da noção de Discurso como laço social.

O seminário 17, “O avesso da Psicanálise” (1969-0/1992), de Lacan (1992), permite situar as possíveis implicações da incidência do Discurso Capitalista nas instituições de ensino superior, seus reflexos nos modelos de gestão e seus efeitos de subjetivação tanto nos discentes em sua relação com o conhecimento e a formação, como nos docentes na sua relação com o trabalho e a produção.

Abordar a subjetividade implícita à situação educacional é possível mediante a teoria dos Discursos, já que o citado autor escreve os discursos por meio de uma álgebra, a fim de transmitir o real da estrutura de linguagem, estrutura do que condiciona as enunciações efetivas. Serve, desse modo, para dar conta das relações subjetivas que não são recobertas totalmente pela teoria do sujeito. Cabe aqui lembrar que, na acepção psicanalítica, o sujeito emerge pela relação entre representantes (significantes) que não conduzem a uma significação, mas à produção de sentido, pela sua própria condição de *ser-de-fala* e submissão à ordem simbólica.

Lacan (1992) pôde empreender uma análise do Discurso da Universidade e do Discurso Capitalista por meio da formalização do aparelho discursivo,

que permite abordar uma série de laços e relações sociais possíveis e, desse modo, como ressalva Darmon (1994), ultrapassar a oposição errônea entre uma Psicanálise do sujeito individual e uma Psicanálise do coletivo, uma vez que é o significativo que determina os sujeitos tomados em sua intersubjetividade, na medida em que os sujeitos são determinados pelo deslocamento do significante em seus atos e em seus destinos.

Na sua formalização, Lacan (1992) define quatro discursos, entre os quais está o Discurso da Universidade, ao lado do Discurso do Mestre, da Histórica e do Analista, aos quais acrescenta um quinto¹: o Discurso Capitalista.

O aparelho discursivo é composto por quatro lugares a serem ocupados por quatro elementos, numa permutação circular, chamada quarto de giro, operação pela qual a troca de posição dos termos gera o discurso seguinte. Essa circularidade faz emergir as formas de laço social, enquanto relações transferenciais emergem na educação, no governo, na Psicanálise e na expressão do sintoma, onde um discurso acaba por engendrar o surgimento do outro. Lacan propõe a escritura desses discursos por meio de um matema:

S1 = significante mestre
S2 = saber
a = resto / real / mais de gozar
\$ = o sujeito barrado

Semblante	→	gozo
a verdade		a produção

o agente	→	o outro
a verdade		a produção

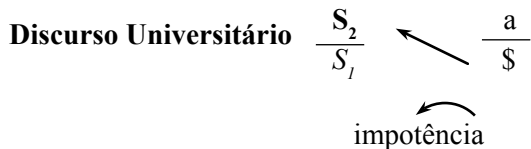
A estrutura dos matemas escreve a estrutura dos discursos, que estabelecem o laço social entre o sujeito e o outro. A possibilidade da substituição, do efeito “de estar no lugar de” possibilita a emergência do sujeito, em virtude do significante funcionar como representando um sujeito para outro significante. É, desse modo, à maneira como um sujeito se acha preso em sua relação ao significante; a maneira como rege sua relação ao objeto.

Desse modo, em todo laço social (discurso) há um lugar de onde ele procede (agente/semblante). Há o que o discurso faz trabalhar (o outro). Há o que o discurso produz como efeito (resto, mais-

-valia) e, também, a verdade dissimulada por trás do agente. Esses quatro lugares podem ser ocupados por quatro termos: o sujeito, o objeto de seu desejo, o saber e o significante da *falta-a-ser*.

Essa estrutura discursiva permite que possamos substituir as letras do matema pelos termos que determinam nossa análise e, assim, comparar os diversos efeitos subjetivos emergentes de cada estrutura discursiva:

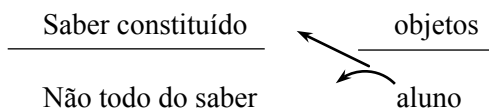
¹ O Discurso Capitalista foi matematizado por Lacan, pela primeira vez, em uma conferência em Milão, em 1972, quando tratava do Discurso Psicanalítico.



A Universidade, instituição por excelência destinada à transmissão dos saberes constituídos e à formação dos docentes que darão continuidade a essa transmissão. A fim de cumprir com essa finalidade, a Universidade coloca o saber constituído no lugar de agente de seu discurso, e a docência a serviço da transmissão deste saber.

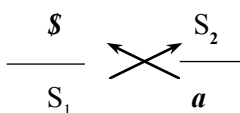
Se, portanto, substituímos o termo S_2 por saber e $\$$ por aluno, o Discurso da Universidade permitirá compreender os efeitos produzidos de divisão subjetiva, quando o saber é colocado no lugar de agente do Discurso, e o aluno na posição de produção, pois estando o saber ancorado na tradição, ele não pode ser apreendido pelo aluno que ela promete produzir. Esse ancoramento simbólico na tradição e o mal-estar emergente nas pesquisas apontam ser esse o discurso ainda dominante na gestão das IES públicas.

Discurso Universitário



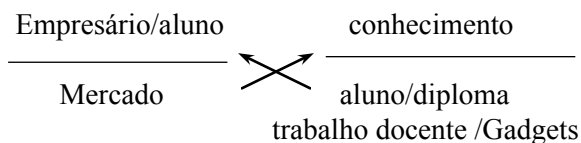
No Discurso Capitalista, estando a verdade acessível, o sujeito ascende ao lugar de agente, escamoteando sua divisão na posição de senhor de si mesmo, que libera seu acesso aos objetos, onde tudo é possível no nível das trocas.

Discurso Capitalista



Desse modo, nesse Discurso podemos fazer as seguintes substituições: $\$$ (*self made man*), o *empresário* (*de si mesmo*) colocado como **agente** do Discurso, e, neste lugar, podem ser colocados o empresário do ensino superior, o aluno e a própria reforma universitária, gerando como efeito a **produção** de objetos a , feitos para serem consumidos por todos, mas destituídos de seu valor simbólico, na medida em que são detentores apenas de valor enquanto proporção de troca (*gadgets*) e, deste modo, tornam-se *abjetos*. No lugar de a podem ser situados, nesse Discurso, o aluno para a IES, o diploma para o aluno, o trabalho docente tanto para a IES quanto para o aluno e, por fim, o próprio trabalho na percepção desencantada do docente desse novo perfil. Em razão da possibilidade de explorar essas relações, isso nos incita a pensar ser o Discurso Capitalista aquele que cinge os modelos de gestão nas IES privadas e sua manifestação nas orientações da reforma universitária das IES públicas.

Discurso Capitalista



Contrariamente aos outros discursos, todos os elementos se alimentam em uma reação em cadeia e a tendência é o arrebatamento (DARMON, 1994.). A aplicação das regras de escritura propostas por Lacan (1992) a esse discurso implica, portanto, na impossibilidade de mudar de discurso, trata-se de um sistema fechado, travado em si mesmo, que tem por consequência que a Psicanálise, a educação e o sintoma não seriam possíveis no seio das relações de produção capitalista. A evolução do capitalismo contemporâneo, ao que parece, de fato, traz consigo uma crise na Psicanálise, uma crise na educação e a medicalização da existência pela insuportabilidade crescente dos indivíduos às manifestações do mal-estar.

Discurso Capitalista

O Discurso Capitalista é uma formulação conceitual proposta por Lacan, sujeita a muitas controvérsias e, talvez pelo aspecto subversivo que possui, Lacan (1992) faz referência a esse Discurso em passagens do Seminário “O avesso da Psicanálise” – Livro 17, 1969-1070, sem, no entanto, escrevê-lo na forma de matema, coisa que só fará em uma conferência sobre o Discurso Psicanalítico em Milão, dois anos mais tarde, em 1972. Embora alguns analistas considerem que não há por parte de Lacan a formulação desse Discurso, mas apenas uma tergiversação após um lapso de escrita, alguns de seus comentários e a potência explicativa desse matema tornam impossível não levá-lo em consideração e deixar de testar sua potencialidade operatória.

No Discurso do Senhor antigo, que alguns autores fazem equivaler ao capitalismo inicial, o acesso ao gozo está negado, uma vez que a mais valia não é reconhecida. Segundo Lacan (1992), Marx, ao denunciá-la, teorizá-la, produz sua escritura e traz à luz a verdade da ação do capitalista. Até esse momento, o homem, enquanto ser falante, não tem acesso direto a seus objetos, o que é indicado pelas barras (resistência à significação) nos pares que compõem o discurso, e o senhor não tem acesso à mais valia, já que não há injunção entre a produção e a verdade que subjaz a ela. Desse modo, a satisfação se dá sempre nas entrelinhas, já que os objetos são sempre insuficientes. A castração, enquanto interdição ao objeto de desejo, na medida em que há pelo menos um objeto que não entra no circuito ordinário das trocas, organiza a realidade psíquica e a realidade social, pois impele o homem a dominar o objeto, imprimindo nele alguma marca de desejo particular.

Lacan (1992) aponta que, em um determinado momento da história, o mais de gozar passa a poder ser contabilizado e, por um efeito de escritura, passa a poder ser acumulado e somado ao capital, transformado, desse modo, em mais-valia. Esse é o momento da emergência do Discurso Capitalista, Discurso do Senhor moderno, posto à luz por Marx, que, ao denunciá-lo, acaba por normatizá-lo, na medida em que ao denunciar a verdade da exploração do trabalho, permite e dá as coordenadas de

seu uso. O sentido da ação do Discurso Capitalista fica acessível e desencarnado e, desse modo, cada vez mais inatacável, viabilizando seu uso, sem ter que submetê-lo à crítica.

A emergência do Discurso Capitalista revela uma transformação no próprio objeto, que suspen- de a interdição do acesso do sujeito ao objeto. A transformação do objeto em um objeto abstrato, desprovido de utilidade, já que é o próprio lucro obtido na lógica das trocas, o resultado disto é o não domínio do objeto, pela impossibilidade de imprimir-lhe marcas simbólicas particulares, tornando o homem dependente dele.

Lacan (1992) se serve da teoria de Marx para refletir sobre três problemas da Psicanálise: o Discurso (relações sociais geradas pelo sistema de produção); o sintoma (fetichismo da mercadoria) e o gozo (mais-valia). A globalização crescente dos mercados oferece a todos o gozo do mesmo objeto: a promessa de uma satisfação garantida pelos objetos.

O Discurso Capitalista na gestão universitária

Os modelos de gestão vigentes na contemporaneidade, diferenciando gestão pública e gestões privadas, apresentam-se atravessados pelo Discurso da Universidade e pelo Discurso Capitalista, respectivamente produtos e produtores de novas formas de subjetivação. A escritura dos discursos e a análise da relação que se estabelece entre seus termos são possíveis por estar o simbólico regido pelas leis de construção do significante, i.e., a relação fundamental de um significante com outro significante.

Vários níveis de análise e correlações entre dimensões que se mostram significativas apontam para essa incidência e a possibilidade de uma leitura a partir do Discurso Capitalista, tais como: a **correlação entre** modelo de gestão *versus* percepção e atitude frente ao trabalho por parte dos docentes nas IES privadas e nas IES públicas; aquilo que surge como enunciado nas enunciações efetivas, tais como a correlação positiva entre o declínio da qualidade do corpo docente com a menor exigência de seleção e preparo do corpo discente para a

entrada no nível superior; o sentimento de desvalorização profissional, por um lado, e mercantilização do alunato, por outro; a mercantilização dos processos de ensino por meio da desqualificação da graduação, com o consequente engendramento do mercado de pós-graduação como indispensável à complementação educacional.

O aparelho discursivo proposto permite-nos observar as diferentes relações que se estabelecem entre o saber, o sujeito e a produção, nos discursos, articulação fundamental para a análise da relação entre os modelos de gestão nas IES públicas, que parecem ainda estar sob o registro do Discurso Universidade, e as IES privadas, que nos parecem regidas pelo Discurso Capitalista e, ao que parece, são, de certa forma, o reflexo da incidência desse Discurso no ensino superior, que tem sido alvo das críticas à reforma universitária por parte dos pesquisadores quem vêm pensando o ensino na contemporaneidade.

Na esfera das relações interpessoais, o ideal consumista prevalece na crença de um objeto de direito sempre disponível, com a condição de poder comprá-lo. A produção inverte a relação sujeito-objeto, na qual se produz um sujeito para o objeto (no nosso estudo, para os certificados e diplomas dos colégios, das faculdades, dos cursos de pós-graduação; ou ainda para os salários; para as mensalidades, num ciclo sem fim). O homem moderno, livre de suas escolhas, fica submetido a um olhar dos sistemas que medem seu tempo, seu deslocamento, sua atenção.

A globalização econômica faz com que o mercado produza sua retórica particular e novos efeitos na subjetividade. Boudrillard (2009) sinaliza que a alienação social se faz pela naturalização do consumo de signos que obedecem a uma lógica própria, na medida em que não estão em conexão com sua função ou com necessidades definidas. Ora, no mundo regido pela economia de mercado o valor de um bem é determinado pelo valor de sua venda, qualquer que tenha sido “o trabalho investido na sua produção, a sua utilidade marginal ou a preferência que esteja ligada a ele. Ao nível das trocas tudo se equivale, pode trocar-se tudo, tudo depende da proporção da troca” (CHEMAMA, 1997, p. 27).

Partimos de uma pressuposição básica de que existem “bens” que não podem entrar no universo

das mercadorias, sob o risco de fazê-los desaparecer como efeito essencial do Discurso Capitalista.

Considerações finais

As reflexões de Lacan (1992) sobre trabalho, conhecimento e capitalismo podem, portanto, ser articuladas com a gestão e subjetivação do trabalho docente.

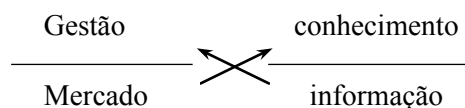
Segundo Gonçalves (2003), se pode falar em uma estrutura discursiva capitalista a partir da metade do século XVIII, ganhando seus contornos mais definidos a partir da década de 1790.

A economia determinada em razão do Discurso da Ciência vai conferir ao conhecimento o estatuto de fator de produção, desbancando a relação trabalho/capital da era industrial dos séculos XVIII a XX, no qual é “o conhecimento que trabalha” (GONÇALVES, 2003, p. 104).

No que se refere à estrutura discursiva, é o saber (S2) da ciência *todo-saber* que trabalha, Saber para fazer/fabricar.

Falar de conhecimento nas áreas de gestão é falar de informação, que ocupa o lugar da produção no Discurso Capitalista, em que o Saber (S2) trabalha para produzi-lo, o que não deixa de nos remeter à máxima educacional contemporânea que se deve “aprender a aprender”, que em última instância é dominar as tecnologias da informação.

Discurso Capitalista



Desse ponto de vista, a mercadoria no mundo contemporâneo tomou a forma de informação e está submetida aos desígnios do mercado.

Ao pensar a gestão das IES, pode-se articular como uma instância que tem o Saber (S2) no lugar de agente, e, mesmo sendo pública, está sob a ação da estrutura discursiva capitalista, só que, nesse

caso, evidenciado pelo lugar de desvalorização dado ao ensino na graduação em detrimento da produção atrelada às exigências das agências de fomento, mão invisível (?) do mercado nas IES públicas.

Pode-se, desse modo, perceber como os discursos permitem compreender que a gestão, na medida em que determina os modos de funcionamento e produção, reflete o lugar e o valor dos elementos por oposição e revelam a lógica discursiva a qual estão submetidos. Do mesmo modo, pode-se compreender que, a despeito de ainda conservarem diferenças, cada vez mais o Discurso Universitário vem sendo substituído, progressivamente, pelo Discurso Capitalista nas instituições de ensino.

A ciência moderna, esteio do Discurso Capitalista, dita a máxima do anseio de erradicação das restrições por meio da formalização, que exclui o sujeito e o desejo e, com isso, a mudança da docência como marca identitária (simbólica) para a de força de trabalho mal paga.

Essa perda de referência simbólica entre os docentes é, talvez, uma das manifestações mais contundentes das novas formas de subjetivação produzidas por essas mudanças, ao lado da desvalorização da profissão no mercado e da prevalência dos adoecimentos gerados pela cobrança contínua de produção acadêmica contabilizável, como apontam os vários estudos sobre Síndrome de Bournout² entre os docentes.

Os impasses do Discurso Capitalista são derivados de suas contradições inerentes, e estas devem poder ser lidas de modo a romper seus imperativos e permitir ir além de explicações imaginárias (GONÇALVES, 2003).

O campo psicanalítico pode assim oferecer instrumentos para a leitura da estrutura discursiva que faz o laço social contemporâneo e os efeitos produzidos pela exclusão das questões subjetivas. É uma leitura que permite que não nos atolemos no desenvolvimento de atividades às cegas e inoperantes, já que é no nível da realidade que um discurso opera.

REFERÊNCIAS

- BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**: Psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BOUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHANLAT, J-F (Org.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. Volumes II e III. São Paulo: Atlas, 1996.
- CHEMAMA, R. Um sujeito para o objeto. In: GOLDENBERG, R. **GOZA! Capitalismo, globalização e Psicanálise**. Salvador: Ágalma, 1997. p. 23-40.
- DARMON, M. **Ensaio sobre a topologia lacaniana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contracapa, 1997.
- DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola Dejouriana a análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.
- FREUD, S. **O mal estar na civilização (1929)**. Edição standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud – Volume 23. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- GONÇALVES, L. H. P. **Discurso do capitalista**: uma montagem em curto-circuito. São Paulo: Via Lettera, 2003.
- GONZÁLES, R. C. F. Mal-estar do sujeito no mundo do trabalho. In: NASCIMENTO, E. M. V. (Org.). **Psicanálise e os desafios da clínica na contemporaneidade**. Salvador: Edufba, 2007. (Série Teoria da Clínica Psicanalítica, 2).
- LACAN, J. **O Seminário – Livro 17: o avesso da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

2 Síndrome de Burnout é a síndrome por meio da qual o trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não o importam mais e qualquer esforço lhe parece ser inútil. Essa síndrome afeta, principalmente, profissionais da área de serviços quando em contato direto com seus usuários. Como clientela de risco aponta-se os profissionais de educação e saúde, policiais e agentes penitenciários.

MANCEBO, D. et al. Em discussão: o trabalho docente. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 1-5, 2006. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v6n1/artigos/PDF/v6n1a01.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2008.

_____. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 845-866, out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a10v2588.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2008.

_____. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 74-80, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n1/a10v20n1.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2008.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e educação. In: SILVA JÚNIOR, C. A. et al. (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

NAGEL, Lizia. O estado brasileiro e as políticas educacionais a partir dos anos 80. In: NOGUEIRA, F. M. G. **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2001. p. 45-57.

ROCHA, M. L.; ROCHA, D. Produção de conhecimento, práticas mercantilistas e novos modos de subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 13-36, 2004. Número especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n1/v16n1a03.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2008.

SAFATLE, Vladimir. **Lacan**. São Paulo: PubliFolha, 2007.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA, Aurélio. **Os discursos na psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

Recebido em 27.06.12
Aprovado em 15.08.12